

145

contra recessão

Arquivo

Alimentada pelo dia-a-dia que o brasileiro está vivendo, surge uma nova frente ampla, tão legítima quanto aquela que hoje divide o PDS: é a frente ampla contra a recessão, contra os juros extorsivos, contra os aumentos do BNH, contra o decreto salarial 2065, contra a inflação galopante e asfixiante. Nesse movimento se integram economistas e empresários, esperando a adesão da grande massa popular e dos políticos, como afirma a declaração final da reunião dos Conselhos Federal e Regionais de Economistas de todo o país, realizada em São Paulo.

Os representantes dos Conselhos Federal e Regionais de Economistas de todo o país divulgaram ontem, em São Paulo, documento condenando a recessão e sugerindo a adoção de um programa social de emergência que promova a criação de emprego e a redistribuição de renda. O programa, discutido durante dois dias de debates, recomenda as seguintes medidas: criação de novos empregos, através de frentes de trabalho urbanas e rurais, oferta de alimentos básicos a preços reduzidos, reajuste salarial segundo o INPC pleno para todas as faixas e compatibilização imediata das prestações da casa própria com a capacidade de pagamento dos mutuários.

Para os economistas, existem no sistema produtivo do país condições objetivas para a recuperação da economia, entre elas, elevados níveis de capacidade ociosa nas indústrias, potencial para aumento da produção agrícola e milhões de trabalhadores. O documento observa, todavia, que a submissão ao FMI aprofundou a deterioração de todo o sistema de financiamento público e privado, provocando taxas reais de juros altíssimas.

"Sob estas condições — afirmam os economistas — qualquer tentativa de reanimação do fluxo de investimentos será bloqueada e pode resultar numa hiperinflação que desorganizará completamente o sistema econômico". A ameaça de descontrole total da inflação ficou agravada pela insuficiência previsível da produção de alimentos na safra 84/85, devido à atual política agrícola.

O financiamento do programa de emergência e a retomada não inflacionária da economia, segundo os economistas, exigem a remoção de alguns obstáculos criados pela deterioração do sistema financeiro. O documento recomenda a desdolarização (desvinculação da taxa cambial) dos valores que as empresas e instituições financeiras têm a pagar ou a receber. Sugere-se ainda a desindexação (eliminação da correção monetária) dos papéis de curto prazo, preservando-se a correção pós-fixada plena apenas para as cadernetas de poupança e para uma nova categoria de títulos públicos de longo prazo, não negociáveis no mercado secundário.

Ainda no plano financeiro, os economistas sugerem que as autoridades monetárias assumam as dívidas entre os diferentes níveis governamentais, consolidando-se as dívidas das empresas estatais. Com base numa nova política monetária e creditícia flexível, os economistas propõem a redução imediata dos juros reais para que a economia volte a crescer em torno de 6 a 7%. No plano externo, o documento, assinado por 25 economistas, condena as transferências líquidas de recursos para o exterior, recomendando a adoção de moratória se as negociações por juros e prazos mais compatíveis não forem conseguidos nas negociações com os credores.

Economia

Nasce "Frente Ampla"

Arquivo

Jornal de Brasília